

EXPLOSÃO NA SUBESTAÇÃO DE PERITORÓ (MA): A FACE TRÁGICA DA PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO BRASILEIRO

Na noite da última quarta-feira (06/08), uma violenta explosão na subestação de energia de Peritoró, operada pela Eletronorte, lançou às trevas mais de 28 municípios da região central do Maranhão. Imagens registradas por moradores da região evidenciam a intensidade do sinistro: labaredas elevadas, fumaça densa e pânico generalizado.

O episódio, além de assustador, escancarou a vulnerabilidade crescente do sistema elétrico brasileiro desde a controversa privatização das empresas Eletrobras.

O incidente não é um caso isolado. As explosões e falhas graves em subestações têm se tornado mais frequentes nos últimos anos, especialmente no Maranhão, onde a precarização dos serviços prestados pela Eletronorte pós-privatização se tornou visível. Desta vez, os efeitos foram sentidos em diversos municípios, como Bacabal, Codó, Coroatá, Pedreiras e Dom Pedro, interrompendo o fornecimento de energia em residências, hospitais, escolas, comércios e serviços essenciais — atingindo diretamente milhares de maranhenses.

Desde a privatização da Eletrobras, denunciada por diversos sindicatos e especialistas do setor, o desmonte tem seguido um padrão preocupante: demissões em massa, não reposição de mão de obra qualificada, terceirizações predatórias, cortes de manutenção preventiva e redução dos investimentos em infraestrutura crítica. A lógica do lucro a qualquer custo substituiu a função pública de garantir um sistema elétrico seguro, eficiente e com planejamento de longo prazo.

O que aconteceu em Peritoró é mais do que um "acidente operacional". É o resultado previsível de uma política que retirou do Estado o controle de um setor estratégico para a soberania nacional e para a vida da população.

A Eletronorte, apesar de acionada pela Equatorial Energia para apurar os fatos, enfrenta um evidente esvaziamento técnico e estrutural. O que antes era motivo de orgulho nacional — com técnicos altamente qualificados, estrutura robusta e excelência operacio-



nal — vem sendo substituído por contratos frágeis, improvisações e gestão voltada apenas para atender acionistas privados.

Os danos vão além do apagão: colocam vidas em risco, comprometem o desenvolvimento regional e aprofundam as desigualdades sociais. Enquanto isso, os trabalhadores demitidos seguem desamparados e as comunidades ficam vulneráveis a novos episódios de falhas e colapsos.

Este novo capítulo da crise energética no Maranhão precisa servir de alerta ao Brasil inteiro. A explosão em Peritoró não pode ser tratada como um fato isolado ou fatalidade: é consequência direta da privatização, da retirada do Estado e da lógica mercantil que tomou conta do setor elétrico.

É urgente reabrir o debate público sobre o controle e a gestão do sistema energético nacional. A energia é um bem essencial à vida, à produção e ao desenvolvimento — não pode continuar refém de interesses privados.